



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)
INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES (BHU)**

FABIOLA DE FREITAS PAIVA COSTA

**PRÁTICAS CULTURAIS DE MATRIZ AFRICANA EM FORTALEZA:
SOCIABILIDADES E RESISTÊNCIAS DO PÓS ABOLIÇÃO ATÉ A
CONTEMPORANEIDADE**

REDENÇÃO - CE

2020

FABIOLA DE FREITAS PAIVA COSTA

**PRÁTICAS CULTURAIS DE MATRIZ AFRICANA EM FORTALEZA:
SOCIABILIDADES E RESISTÊNCIAS DO PÓS ABOLIÇÃO ATÉ A
CONTEMPORANEIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes.

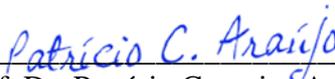
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes
(Orientador / IH UNILAB)



Prof. Dr. Edson Holanda Lima Barboza
(Examinador / IH UNILAB)



Prof. Dr. Patrício Carneiro Araújo
(Examinador / IH UNILAB)

RESUMO: O presente trabalho busca investigar as resistências culturais de matriz africana, na cidade de Fortaleza, que, no decorrer da sua história, sob o olhar de uma elite intelectual, não obtiveram a devida importância nos registros históricos da constituição da capital do Ceará, por esse motivo, invisibilizando tais práticas, gerando a estigmatização e o racismo religioso contra as religiões afro-brasileiras e seus rituais. Para tanto, utilizamos como fulcro teórico as obras dos pensadores: Marques (2008; 2009), Martins (2014), Barboza (2018) e Sobrinho (2011), que muito contribuíram no processo do conhecimento histórico sobre a resistência da cultura afro-brasileira em Fortaleza do século XIX, até a contemporaneidade. Para compreendermos as manifestações culturais de resistência, na atualidade, debruçamo-nos sobre as pesquisas de Pereira (2012), Araújo (2015), dentre outras obras citadas nesta pesquisa, para compor o entendimento acerca do racismo religioso ainda presente em nossos dias. Portanto, pesquisamos neste trabalho as manifestações culturais que ainda resistem em Fortaleza desde o Período Pós-Abolição, tais como o Maracatu, o Samba e a Festa de Iemanjá.

Palavras-chave: Resistências culturais, Matriz Africana, estigmatização, racismo religioso, Pós-Abolição.

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	4
2. Delimitação do Objeto de Pesquisa.....	7
3. Justificativa.....	9
4. Problema.....	12
5. Hipótese.....	12
6. Objetivo Geral.....	12
7. Objetivos específicos.....	12
8. Revisão Bibliográfica.....	13
9. Fundamentação Teórica.....	22
10. Metodologia.....	25
11. Cronograma.....	27
12. Referências Bibliográficas.....	28
13. Anexos.....	31

Práticas Culturais de Matriz Africana em Fortaleza: Sociabilidades e Resistências do Pós-Abolição até a Contemporaneidade

1. Apresentação

A nossa pesquisa objetiva o conhecimento das práticas culturais de matriz africana e suas resistências na cidade de Fortaleza, desde o Período Pós-Abolição até os nossos tempos, como forma de mantermos presentes no consciente coletivo do nosso povo a demasiada importância dessas tradições quase que dizimadas pelos valores impostos pelo pensamento ocidental.

Em 1970, ressalta Marques (2013), que a Fundação Nacional de Arte ligada ao Ministério da Educação e Cultura apoiou uma campanha em “Defesa do Folclore Brasileiro”, com o objetivo de promover estudos e registros acerca do folclore no Brasil, e, no Ceará, foi encarregada ao Florival Seraine¹.

Marques (2013) ao citar Seraine (1978), relata que para o entendimento deste baseado ainda nos pesquisadores do século XX, membros do Instituto Histórico do Ceará, a origem africana teve pouca contribuição aos cearenses, tanto física quanto cultural, construindo assim o discurso de que no Ceará não há negros e que em sua cultura teria pouco ou nenhuma influência africana. Mesmo diante a essa invisibilidade na qual passou a cultura de matriz africana na constituição da história cearense, Marques (2013), nos atenta que houve resistência dos grupos da população negra em manifestar sua cultura de matriz africana, através das manifestações como por exemplo os maracatus, o samba, a festa de Iemanjá dentre outras que serão estudadas neste trabalho.

Diante do contexto atual, percebemos ainda indivíduos sendo alvo do chamado racismo religioso, por seguirem a Umbanda ou o Candomblé, dentre outras religiões de Matriz Africana, sendo demonizadas² por religiões ocidentais, como o Cristianismo. Torna-se importante o conhecimento em como até hoje, a cultura negra resiste através de suas lutas e resistências,

¹ Florival Seraine, paraense de Viseu, recebeu o título de Cidadão Cearense, enraizado desde jovem no Ceará, foi um estudioso da história de Fortaleza. Fonte: Revista Instituto do Ceará-2010 Data do Fato: 20/Setembro/1984

² De acordo com Abimael Gonçalves Carneiro (2019), a demonização é uma forma de intolerância religiosa, citando Fernandes (2017, p.124), nos diz também que a intolerância religiosa, permite aos indivíduos o não reconhecimento de práticas culturais diferentes das suas.

principalmente quando vivemos em um Estado que se diz laico, mas que temos um Governo privilegiando as religiões ocidentais, como por exemplo uma bancada evangélica formada por cristãos evangélicos, favorecendo com seus projetos o fortalecimento da invisibilidade a religiões afro-brasileiras, principais contribuintes a formação da cultura nacional, e contribuindo para que a cultura afro-brasileira não seja reconhecida como formação da história do país. Manifestações que também estão contidas nas africanidades brasileiras, que de acordo com o Cunha Jr.(2001), são produzidas em diálogo com a cultura de diversas etnias presentes no Brasil, compreendendo as dinâmicas culturais do cenário nacional. As manifestações culturais, como o Samba, Maracatu, o Afoxé, e a Capoeira estão presentes ainda hoje porque houve resistência de grupos que foram perseguidos com violência, e essa resistência precisa ser apresentada por sua importância na formação da cultura brasileira. Por esse motivo esse trabalho torna-se fundamental, para o entendimento em como se deu os processos de resistência da cultura africana em Fortaleza até a contemporaneidade.

2. Delimitação do objeto da pesquisa

Conforme Pereira (2012), a cidade de Fortaleza se originou do Forte Shoonenborch, construído pelo holandês Matias Beck em 1649 que compunha o grupo de holandeses que, ao invadirem Olinda e Recife, estenderam os seus caminhos até Fortaleza por meio das áreas que, hoje, compreendem as cidades, João Pessoa e Natal, a fim de obterem domínio sobre o Nordeste, todavia, em 1654, foram expulsos de Pernambuco e do Brasil pelos portugueses que retomaram as áreas e deram-las o nome de Fortaleza da Nossa Senhora de Assunção.

Durante o século XIX, Fortaleza tornou-se líder no comércio do algodão, com o aumento das exportações para a Europa, em 1812, foi construída a Alfândega de Fortaleza consoante a reconstrução da Fortaleza de nossa Senhora da Assunção, idealizada por Antônio José da Silva Paulet, que, posteriormente, planejou a construção do Passeio Público.

A condição dos escravizados na década de 1870, segundo Marques (2013), citando Silva (2002), era a de sujeitos que lutavam por uma liberdade que não consistia apenas na libertação dos seus escravizadores, mas, acima de tudo, a de resistir culturalmente manifestando suas crenças, ritos e outras formas de diversão com táticas cotidianas.

O grande dilema para a população escravizada, naquela época, era o tráfico provincial, pois, como considera Martins (2014), às cidades acometidas pela seca, como o Rio de Janeiro e São Paulo, e que necessitavam da mão de obra escrava para salvar a produção do café.

Diante disso, o autor aponta a separação de várias famílias escravizadas no Ceará, então a importância da liberdade para deterem essas separações entra na agenda da associação abolicionista citada abaixo.

Martins (2014), ao citar Bezerra (1906), relata que o processo abolicionista no Ceará é lembrado pelo evento, no qual instaura a República, novo regime político nacional como marco central a libertação total dos escravizados no Ceará. E em 1880, no dia 08 de dezembro reúnem-se de maneira informal no que denominou de “rapazes de talento e coração”, mais um novo grupo abolicionista na capital cearense, chamada de “Sociedade Cearense Libertadora”, no entanto somente em 30 de janeiro de 1881 foi internamente oficializada, e apenas nesse ano que os participantes alforriaram seus escravos que ainda mantinham em cativeiro.

Marques (2013), nos mostra Fortaleza em 1883 ano da festa de “redenção dos cativos de Fortaleza”, ocorrida dia 24 de maio em que aparece como a cidade heroína sendo metrópole abolicionista exemplo a ser seguido por todas as províncias do país, passando o Ceará a ser reconhecido por “Terra da Luz”. Citando Studart (2001), o mesmo autor relata que a festa ocorreu na mais devida ordem, apresentando o patriotismo dos fortalezenses de um modo inequívoco.

Barboza (2018) denuncia a presença de escravizados em 1887 mesmo após a abolição em 1884, por proprietários na região de Milagres, na cidade do Cariri, e também escravizados de outras províncias, sendo perseguidos no Ceará por capitães do mato e pela polícia.

De acordo com o mesmo autor, o processo abolicionista em 1884, não passou de uma mera autopromoção aos envolvidos, uma elite letrada, e que não havia preocupação na liberdade dos escravizados, que foram colocados como espectadores do grande espetáculo, promovido para inserir o Ceará na modernidade.

No Pós-Abolição, como nos conta Barboza (2018), a libertação dos escravizados foi utilizada para invisibilizar a população negra no Ceará, através de discursos e memórias oficiais, tentando invisibilizar a cultura de matriz africana, como se a partir desse processo abolicionista em 1884, houvesse a sua extinção na província, e na constituição social dos cearenses.

De acordo com Sousa (2006), o Instituto Histórico do Ceará fundado em 1887, com a maioria de seus fundadores sendo professores das escolas Liceu do Ceará, Escola Normal e Escola Militar de Fortaleza, objetivando invisibilizar a cultura negra, com o propósito de contar a história cearense, através das letras e ciências da província.

O Instituto Histórico do Ceará no século XX, assim nos conta Sousa (2006), foi a maior disseminadora da história cearense, e ainda, hoje, é a principal referência de pesquisa para os que querem conhecer a história do Ceará. Mesmo assim, desde o início da instituição, foi defendido por seus membros que os elementos de origem africana tinham pouca importância para a construção histórica e cultural do Ceará pelo fato da miscigenação do nativo cearense com o europeu colonizador que justifica nossa formação, discurso que intensificou nas relações sociais um grande índice de discriminação e preconceito a população negra cearense.

O nosso trabalho aborda as resistências da cultura de matriz africana entre os séculos XIX e XXI, utilizando Mello (2017), que cita Braudel (2007), compreendemos o que chamou de longa duração para que seja entendido os eventos como um todo, e suas consequências por intermédio de uma totalidade, em que só é possível ser percebido com uma visibilidade ampla entre séculos.

3. Justificativa

Essa pesquisa traz consigo inquietações sobre o racismo religioso que percebia e praticava sem entender desde a infância contra as religiões de matrizes africanas, pois quando criança em uma das férias em que estive na casa dos meus avós, no bairro Itaperi em Fortaleza, uma noite antes de dormir ouvi junto com meu irmão, sons de batuques e tambores vindo distante, minha vó para fazer com que dormíssemos rápido, nos assustou dizendo: - Estão ouvindo, hoje é sexta-feira dia de festa no terreiro, “os macumbeiros” estão fazendo festa. O rótulo ou estigma utilizado nas relações sociais para expressar a intolerância aos praticantes das religiões que cultuam os orixás, como nos conta Rocha (2011). Mesmo sem perguntar o motivo, ficávamos com medo tentando dormir, ouvindo aqueles sons. Imaginava que aquele lugar, de onde vinham os tambores havia demônios, fogueiras, imagens imaginadas pelo que ouvia dos adultos sobre o que tinha em um terreiro, e pelo o que a TV mostrava através de novelas e filmes.

De acordo com Rocha (2011), parafraseando Silva (2009), a palavra terreiro, segundo a cultura yorubá significa o espaço onde acontecem os ritos dos que cultuam os orixás, também é patrimônio imaterial da memória histórica e cultural dos afrodescendentes, sendo espaço de resistência.

Assim como minha avó católica, participando das missas e festejos da igreja, e que sempre teve várias imagens de santos católicos pela casa, segui sua religião. Com o tempo, percebi as festividades em torno do dia 15 de agosto, em que é celebrado os festejos em homenagem a Nossa

Senhora de Assunção, seguido pela caminhada com Maria, procissão realizada pelos católicos, o jornal transmitia as festas na praia, celebrando Iemanjá a rainha do mar, que conheci assistindo a uma novela da globo, que mostrou uma santa reverenciada por pescadores e moradores do litoral.

Então comentei com minha vó: - Hoje está sendo homenageada Iemanjá, vi no jornal. Minha vó respondeu: - Isso é invenção “dos macumbeiros” que não tem o que fazer, vão jogar coisas no mar, amanhã pode ir na praia que se encontra perfume e outras coisas que eles jogam como oferendas. Eu ria daquele costume com ela, pois fui criada nessa estrutura de desvalorização das religiões e costumes de Matriz Africana, e suas práticas culturais.

Comentei com uma tia sobre o assunto, ela explicou brevemente que os escravizados para disfarçarem as suas celebrações usavam santos católicos para celebrar os santos de suas crenças.

E assim essa estrutura era intensificada em mim. Passei a perceber que alguns vizinhos eram apontados, principalmente por minha mãe, como “macumbeiros”, e suas práticas religiosas eram temidas como “o fazer mal aos outros, através de trabalhos de magia.” Temia passar na rua e ver em encruzilhadas os despachos, pois era dito a mim que traria má sorte, mas me apegava ao que minha avó me ensinou. Deus está conosco, se tiver fé, não será atingida, então reze sempre.

No ensino médio, tive uma professora evangélica da igreja Canaã, que ao falar sobre seu divórcio, afirmou ter visto a Pombagira em sua casa após descobrir a traição do ex-marido, e descreveu a experiência como a visão de uma mulher muito bonita e bem arrumada, olhando-a e rindo do seu sofrimento. Entidade também demonizada por meio desses discursos pela população cristã, assim como a Umbanda, religião em que é cultuada. De acordo com Barros e Bairrão (2015), a reverência da Pombagira, somatiza a população afro-brasileira a elaborar as formas da compreensão do gênero feminino e da mulher, mas por um processo de demonização, que segundo Birman, Novaes e Crespo (1997), citando Moreira (1994, p.11), que informa a veracidade de que alguns fiéis acreditam ver demônios, o que para eles são seres espirituais e forças superiores aos homens. Nos ambientes empresariais, também, pude perceber a contação de várias histórias inferiorizando as práticas religiosas de umbandistas e candomblecistas por pentecostais que pregam essa intolerância como medida de cristianização, pensamento que se assemelha ao dos padres no período colonial brasileiro.

Segundo os autores Birman, Novaes e Crespo (1997), para o pentecostalismo orixás são demônios. E para o catolicismo popular brasileiro, essa visão embora presente não é centralizada como no discurso pentecostal.

Em 2017, ao entrar na Universidade da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como graduanda do curso Bacharelado em Humanidades, percebi uma imensa liberdade aos adeptos a religiões e práticas afro-brasileiras, expressando-as sem medo de serem criticados, apreensão que via em vizinhos e conhecidos fora da Unilab. Apontada por C6 e Lima (2017), a Universidade citada, possui o curso de pedagogia, com o projeto pedag6gico de inspira63o afrocentrada, fazendo com que os integrantes de religi63es afro-brasileiras tenham espa63o para discutir suas demandas no Cear6.

No primeiro semestre do curso mencionado, iniciei a disciplina intitulada, Sociedades nos Espa63os Lus6fonos, ministrada pelo Professor e Doutor Ronald Apolin6rio que no decorrer do semestre, possibilitou-nos a discuss6o de textos que muito contribu6ram para a desconstru63o do racismo religioso praticado por mim e arraigado pelo cristianismo, j6 que as missas em que participo como seguidora da religi6o cat6lica, a b6blia 6 utilizada para demonizar as pr6ticas diferentes do catolicismo, mesmo que n6o seja de uma forma centralizada como nas religi63es neopentecostais como a de Edir Macedo, Bispo e fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, que escreveu o livro Orix6s, Caboclos e Guias: Deuses ou dem6nios (2005), em que afirma utilizando trechos de livros que comp6em a B6blia Sagrada que as religi63es de Matriz Africana, dentre outras, como o Espiritismo, que seu livro tamb6m critica, mas que n6o ser6 estudada nesta pesquisa.

Birman, Novaes e Crespo (1997), consideram que o livro de Macedo (2005) est6 inserido na “Teologia da Guerra Espiritual”, teoria cada vez mais aceita mundialmente, principalmente, por evang6licos.

Na Unilab 6s vezes, deparei-me com palestras, aulas e encontros em que havia grande resist6ncia sobre a cultura negra, pois, mesmo nesse espa63o de di6spora, percebemos que nem todos aceitavam as transmiss63es e ensino desta cultura. 6 importante destacar que a universidade tem como projeto unir e receber estudantes dos pa6ses da 6frica, de l6ngua portuguesa, fundada sob amparo da lei federal 12.289/2010, com in6cio de suas atividades em 25 de maio de 2011, data em que 6 comemorada o Dia da 6frica, recebe brasileiros e alunos advindos dos pa6ses parceiros, como S6o Tom6 e Pr6ncipe, Angola, Mo6ambique, Guin6-Bissau, Cabo-Verde e Timor Leste (Gomes e Vieira, 2013).

Entretanto, percebemos no 6mbito da comunidade universit6ria, pr6ticas que reproduzem o pensamento das elites fortalezenses do s6culo XIX, em que a matriz africana 6 silenciada. O projeto da Unilab 6 diferente das demais Universidades Federais brasileiras que seguem o modelo ocidentalizado de ensino. A internacionaliza63o que remete aos pa6ses africanos, de l6ngua

portuguesa e as suas culturas, e a interiorização que remete a cultura afro-brasileira nem sempre é compreendida de maneira positiva.

Essa pesquisa tem como importância a prática sob o que propõe a Lei 10.369/03, que citando Barboza (2018) tem a proposta do ensino da cultura africana e afrodescendente na educação básica, sob amparo de pesquisas como essa na educação superior, criticando o ensino tradicional que distorce e inferioriza a cultura negra no país.

Portanto, a futura pesquisa se justifica em defesa do projeto da Unilab e ao respeito aos saberes transmitidos pelas matrizes africanas, por isso esse estudo aborda as resistências da cultura afro-brasileira do período pós-abolição até a contemporaneidade, utilizando as práticas do Maracatu, o Samba e a Festa de Iemanjá como principais festividades que resistiram até hoje desde o Pós-Abolição, e que encontram formas de resistências em Fortaleza e no Ceará.

4. Problema

Porque as práticas culturais de matriz africana são demonizadas e perseguidas em Fortaleza desde o pós abolição até contemporaneidade? Como elas resistem?

5. Hipótese

A branquitude³ implementada à população negra de Fortaleza, fez com que muitos fortalezenses sustentem ainda hoje discursos invisibilizando a cultura afro-brasileira na cidade, tendo argumentos fundamentados em teorias elaboradas por autores elitistas, como nos mostra Sousa (2006), afirmando não haver negros no Ceará, devido a mestiçagem do índio com o colonizador europeu.

Portanto, o racismo e a demonização às religiões de matriz africana, são fortalecidas pelo Cristianismo⁴ através de líderes religiosos católicos, como padres e nas missas celebradas aos

³ Segundo Lourenço Cardoso (2011), a branquitude significa poder e está no poder, isto é, ser branco significa não está inserido em minorias étnicas, raciais e nacionais, o que gera o preconceito injusto, em que o branco não ver o negro no mesmo lugar em que está inserido.

⁴ De acordo com Carneiro (2019), essa desvalorização as religiões de matriz africana, parte das denominações de maior atuação no Brasil, sendo eles católicos e evangélicos.

fiéis, autores neopentecostais como o Bispo Edir Macedo⁵, que utilizam a Bíblia Sagrada⁶ para as práticas de intolerância religiosa. Assim como devemos enfatizar que as práticas culturais, como o maracatu, a festa de Iemanjá, o samba conseguiram espaço na cidade, mesmo havendo grande resistência devido a perseguição por parte dos que se recusaram a reconhecê-las como festividades de grande importância para a cultura fortalezense.

6. Objetivo Geral

O conhecimento das Práticas Culturais que contribuíram para a resistência da Cultura de Matriz Africana em Fortaleza, no período Pós-Abolição até os dias atuais.

7. Objetivos Específicos

- A) Compreender como a sociedade de Fortaleza no recorte histórico considerado como pós-abolição percebia as manifestações culturais de origem africana.
- B) Analisar as sociabilidades que os negros, no período já mencionado, utilizaram para resistir socialmente.
- C) Demonstrar como os negros resistem e se organizam para manifestar suas tradições e culturas na capital e no Estado do Ceará na contemporaneidade.

8. Revisão Bibliográfica

Silva (2017), relata sobre como as resistências dos ritos da cultura de Matriz Africana se iniciaram no Brasil. Segundo ele, o catolicismo mantido ainda predominante em 1822, na constituição como religião oficial. Desse modo, as religiões contrárias ao catolicismo não podiam se manifestar em locais públicos, isto é, as suas práticas ocorriam em locais privados e que não houvesse fachada externa de templo.

⁵ Proprietário da Record-tv grande emissora brasileira de televisão.

⁶ Macedo (2005, p.18), apresenta a seus leitores que “A Bíblia condena todas as práticas da umbanda, do Candomblé e do espiritismo de um modo geral”.

Além de serem proibidas e punidas pela inquisição, o Estado teve uma participação fundamental as perseguições contra as manifestações culturais promovidas por negros. Foi criado um artigo para codificar os crimes de espiritismo, magia (art.157) e seus sortilégios (art.158), que foi utilizado para realizar repressões a essas práticas. Sendo assim, os terreiros foram os principais meios de sociabilidades e resistências desses povos. A capoeira que foi designada crime no Código Penal de 1890, não foi citada como crime no Código Penal de 1940, prática de luta e dança relacionada aos terreiros foi reconhecida como esporte brasileiro, sendo apoiada pelo presidente Getúlio Vargas. Jorge Amado, que foi grande propagador da cultura africana no país, como deputado pelo PCB, apresentou uma emenda à constituição de 1946, promulgada garantia a liberdade de culto no Brasil.

Não podemos esquecer que no final do século XIX, foi iniciado o período da Belle Époque Brasileira que durou até o final da década de trinta, como nos conta Vaz (2014), iniciou-se um processo de europeização da cultura brasileira, sob grande influência francesa, a elite brasileira através de recursos jurídicos utilizou de grande aparato para gerar o esquecimento da cultura de matriz africana no Brasil.

Essa pesquisa utiliza estudiosos que se empenharam em abordar os processos culturais do pós-abolição até a contemporaneidade. Um desses pesquisadores que venho apresentar é José Hilário Ferreira Sobrinho (2011), Mestre em História Social pela UFC que dissertou “Catirina minha nega; teu sinhô tá te querendo vendê, Pero Rio de Janeiro; Pero nunca mais te vê Amaru Mambirá: O Ceará no Tráfico Interprovincial - 1850 - 1881”. O título da dissertação traz um canto usado pelos irmãos da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, na festa pela virgem do Rosário, cantiga que expressa os medos pelo tráfico interprovincial sofrido pelos escravizados. Essa oralidade de acordo com Sobrinho (2011), é uma das principais características da cultura africana.

Uma prática a ser referenciada são as festas, como aponta Marques (2008), permitindo reelaborações para que seus festejos fossem aceitos pela elite branca, os negros no século XIX, possibilitavam adentrar em suas tradições, fragmentos ocidentais. Um exemplo dessas reelaborações temos a irmandade como principal meio do branqueamento da cultura Africana em Fortaleza, pois tratava-se do catolicismo sendo utilizado pelos negros para sentirem-se inseridos na sociedade. Nesse período, festas abolicionistas e republicanas disputavam espaço com as festas dos negros.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em Fortaleza, segundo Pereira (2015), hoje é aberta aos que ainda lutam para preservar a história do negro e são envolvidos em atividades afrodescendentes como o Maracatu.

A irmandade, considera a autora, enfrenta problemas para o funcionamento devido ao desinteresse e falta de apoio financeira por parte da Secretaria de Cultura. Uma festa de negros ganha território na rua Domingos Olímpio, que, até hoje, é apresentada no carnaval, assim nos conta Pereira (2015).

A festa em homenagem à virgem do Rosário, realizada pelos Irmãos da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Fortaleza, como nos conta Sobrinho (2011), era um festejo que reunia negros livres, libertos e cativos, espaço onde havia troca de experiências, tradições e costumes entre aqueles que se sentiam irmãos e acolhiam uns aos outros.

O canto “Amaru Mambirá, Catirina minha nêga, teu sinhô tá querendo te querendo vendê, pero Rio de Janeiro, pero nunca mais te vê”, fazia parte dos cânticos do festejo e narra um sinal sobre o que na época era temido acontecer a qualquer momento aos escravizados impostos no tráfico provincial.

A cantiga também fazia parte do bumba-meu-boi, autos de rei congo e outras festividades. Podemos perceber, de acordo com Carvalho (1994), citado por Sobrinho (2011), que essa liberdade apenas poderá ser entendida, em contraposição da não liberdade, e, também, explicada de um forma historicizada dentro de cada período estudado, pois no momento atual o conceito é utilizado para quem possui acesso a cidadania, portanto o mínimo de propriedade que aqueles escravizados não tinham.

Sobrinho, então, afirma que a não liberdade para grupos de escravizados que seriam afastados de suas famílias pelo tráfico provincial, igualava-se, também, ao distanciamento do grupo pertencente que utilizavam as festas como locais que conseguiam expressar a alegria em socializar com seus entes queridos por meio do som de batuques e danças, transformando esses ambientes em espaços de resistência simbólica, política e identitária.

Marques (2008), em seu livro “Festas de negros em Fortaleza Territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900)”, possibilita-nos a compreensão de que na metade do final do século XIX, essas festas sofreram perseguições, pois Fortaleza se reurbanizava com ideias abolicionistas proferidas pela elite branca, e com discursos patrióticos.

Os espaços de resistências, segundo Sobrinho (2011), ao contrário do argumento defendido pelos sociólogos da Escola Paulista de que os escravizados foram sujeitos sem percepção de sua realidade e que não resistiram ao modelo escravocrata imposto, afirma através de documentação, as fontes de jornais da época, que os escravizados possuíam diferentes visões acerca da liberdade, de acordo com suas experiências de cativo, sem esquecer dos laços de solidariedade construídos com outros escravizados que dividiam esses espaços.

Por mais que essa pesquisa tenha ênfase nas resistências da cultura africana do período pós-abolição até o século XXI, não podemos deixar de mencionar que ainda no período escravocrata, outras formas de resistências foram as fugas, em que eram planejadas principalmente nos encontros dos grupos de escravizados, que assim reuniam - se para realizar seus festejos.

De acordo com Sobrinho (2011), havia aqueles escravizados valiosos, que, após sua fuga, por mais que passassem anos de buscas, seus senhores continuavam a sua procura, e utilizavam os jornais para descrever as qualidades dos fujões, dentre os relatos das características de alguns deles com hábitos incomuns, havia habilidades de ler, escrever, participar dos ritos em missas, e o que mais chamava a atenção, contar estórias para crianças. Qualidade que chama a atenção, pois trata-se de uma tradição viva na cultura africana ainda seguida pelos descendentes brasileiros e usada nas religiões ancestrais.

Ancestralidade, que para ele trata-se do resultado de nossas gerações passadas. Sendo assim, a ancestralidade africana constituiu nossas tradições e culturas até hoje, mas os processos de branquitude utilizados pela ocidentalização nos afastou de nossas tradições africanas. Não podemos deixar de mencionar que a oralidade no Brasil, é utilizada nos processos de aprendizagem dessas religiões ainda hoje, como demonstra Linconly Jesus Alencar Pereira (2012), pois é um forte meio de luta para a preservação da cultura africana, portanto um dos principais meios de resistência.

Sobrinho (2011) também nos alerta para o fato de que uma das medidas para a tentativa do apagamento da cultura africana no século XIX, era impedir que escravizados e libertos exercessem sua identidade, impossibilitando os encontros em seus espaços conquistados, locais onde se davam as trocas de costumes e tradições da cultura africana.

Percebemos que a resistência da cultura africana nesses encontros era temida pelos escravizadores, pois esses locais reuniam negros livres, libertos e cativos, que através desses encontros mantinham conversas, acordos e trocas de experiências. Dessa forma, foi criado o código de Postura com a finalidade de controlar a liberdade em ir e vir, entretanto esses grupos utilizaram maneiras para transgredir esses códigos, que dentre elas temos seus cativeiros, já comentados acima, como espaços de vivências, principalmente nas atividades da lavoura, domésticas e vaqueiras, em que também eram espaços com trocas de experiências, que eram utilizadas para a conquista dos espaços de festas como o batuque e o samba, que transgrediram o código de conduta, e os proibiam de socializar com autonomia.

Marques (2008), em sua pesquisa, conta que pessoas tidas como autoridades na sociedade, também, participavam de sambas, rodas que eram vistas pela própria polícia como locais de desordem. As festas de negros, como o autor preferiu chamá-las, eram verdadeiros encontros entre

escravizados, escravizadores e negros livres e libertos, sujeitos da elite que socializavam nos mesmos espaços em busca de divertimentos. Em 1879 houve uma reformulação no código de conduta, reforçando essa proibição como um ato contra a lei, e destacando essas reuniões no capítulo intitulado de “jogos e reuniões ilícitas”.

Segundo Sobrinho (2011), o samba era a atividade mais popular entre os escravizados, libertos e livres, frequentado também pelos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, contando com a participação de outros sujeitos. Conhecidas, também, por reuniões de conflitos, e tidas pelas autoridades como locais marginais, mas que na verdade eram reconhecidas e autorizadas por lei para o funcionamento.

De acordo com os jornais da época, os escravizados fugidos eram descritos por suas características, em que muitos frequentavam as rodas de samba e eram chamados de sambistas desordeiros. A polícia tentava reprimir essas rodas com o intuito de tentar evitar os encontros, resolvendo com prisões e confrontos a meta daqueles negros reunidos, era não deixar o samba morrer.

De acordo com Aguiar e Tavares (2017), os maracatus em Fortaleza, vem ganhando uma visibilidade nos espaços públicos não só no carnaval, mas também com as apresentações mensais formuladas pela Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza (Secultfor), que criou os encontros a cada dia 25⁷ de cada mês, nomeadas de “Dia 25 é dia de Maracatu” com apresentações para o público, há dois anos propondo o fortalecimento da cultura negra em Fortaleza, pois os brincantes apresentam a cidade vestidos com personagens que trazem as heranças da cultura africana, como, por exemplo, as africanas, os orixás, grupos de capoeira e etc, em desfiles valorizando assim aspectos afrodescendentes.

Os maracatus são celebrados nos carnavais de Fortaleza desde 1937, iniciado pelo grupo “Az de Ouro”, que foi criado inspirado nos Maracatus de Pernambuco. Temos pesquisas que apontam maracatus na cidade no século XIX, como foi citado acima, pesquisado por Marques (2007). Citando Da Matta (1997), os autores Aguiar e Tavares (2017) mostram que houve uma quebra nos espaços temporais, trazendo aos encontros uma mistura de sujeitos como o público devido a circulação de pessoas de diferentes grupos. E dessa forma resistem na atualidade sendo assistido por público diverso.

Sabemos que, anteriormente, os Maracatus só tinham essa visibilidade no carnaval, na avenida Domingos Olímpio, que em seu cotidiano é uma avenida cercada pelo comércio mas que

⁷ Segundo as autoras Aguiar e Tavares (2017), o dia 25 foi escolhido devido ao dia do maracatu, marcado no calendário municipal em 25 de março.

no período carnavalesco é ornamentada para receber os desfiles competitivos dos grupos de Maracatus, entre o domingo e a terça-feira de carnaval.

É importante destacar, que mesmo tendo inspirações nos Maracatus de Pernambuco, como ocorreu no primeiro grupo “Az de Ouro”, foi criada uma identidade fortalezense nos grupos da cidade, que os autores citados trazem como a pintura preta no rosto com negrume, e os batuques com o ferro de maracatu, destacando que nem todos os grupos utilizam essa identidade.

Parafraseando Aguiar e Tavares (2017), durante os preparativos, os grupos que se preparam para as apresentações vivem um ritual de simbolismo marcado pela memória afro-brasileira, por isso, incorporam ali os personagens vivenciando a experiência de fortalecer na memória a cultura afro-brasileira.

De acordo com Pereira (2012), parafraseando Ortiz (1978), a Umbanda é uma religião brasileira de Matriz Africana, e com sua origem no Sudeste passou por um processo para integrar-se a urbanização e industrialização do Brasil, diferente de sua cosmologia de classe. Faz parte de uma síntese do espiritismo Kardecista francês, catolicismo popular e religiões africanas e indígenas.

O mesmo autor aponta elementos da Umbanda como principais colaboradores para a promulgação da Lei 10.639/03, e como principais contribuintes para a formação cultural afro brasileira, pois se fez presente em centros de Umbanda de Fortaleza para colher dados para fomentar sua pesquisa e relata ter encontrado artigos no jornal “O povo” evidenciando perseguições em terreiros no século XIX, procurou entender os primeiros rituais que ele denomina macumba e como eram as perseguições contra suas práticas e suas resistências sob a proteção de irmandades religiosas por mais que seus ritos fossem contra aos cânones da igreja católica. Quando os grupos não conseguiam essa proteção, ainda no século XIX, realizavam suas manifestações nas matas, pois ali haviam os elementos utilizados por africanos e descendentes, além de serem espaços que serviam como refúgio dos escravizados que podiam adentrar para participar dos rituais altas horas da noite sem serem incomodados. E, somente, no final do século, é chegada às contribuições dos kardecistas franceses em suas práticas.

No início dos rituais, Pereira (2012) nos diz que as manifestações eram marcadas por cantos e danças, chamados de Korin ou pontos cantados, utilizando a língua materna de origem africana conseguia chegar ao maior número de participantes, além de organizar estratégias de fugas dos escravizados e manter a ancestralidade africana enraizada. Ao citar Santos (2008), Pereira (2012),

acrescenta-nos, também, sobre a utilização de desenhos utilizados na comunicação e identificação ancestral, os chamados pontos riscados.

Pereira (2012), conta como foram as suas primeiras experiências com a Umbanda. Quando criança, era levado aos rituais em que os pontos cantados eram demarcados por rituais de descarrego e eram cantados cantigas com o intuito dos participantes afastarem as más energias. Ao perceber-se fazendo parte dos rituais, e tendo todo um desejo de permanecer nesses espaços, sua família o afastou sob o medo da estigmatização que ele poderia sofrer, pois sabiam da repressão que eles já sofriam, então voltaram sua educação e sua religiosidade para o catolicismo.

Pereira (2012), então, após a perda da tia, quem a acompanhava nos ritos e o afastamento de sua mãe dos rituais, sentiu-se acolhido no Candomblé, religião também de matriz africana, que hoje faz parte como babalorixá, sacerdote religioso também conhecido por pai de santo. Procura, até hoje, dar continuidade às lutas do Movimento Negro Brasileiro que, desde o período Pós-Abolição, com suas lutas para reparar os danos do escravismo criminoso no país, através de políticas afirmativas, como a divulgação e ensino de conteúdos antirracistas.

Essas políticas estimularam o desenvolvimento de ações por parte do Governo Federal, Estadual e Municipal dentre elas a homologação da Lei 10.639/03, um parecer de número- 003/2004 que dita Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana⁸, com espaço para que o Movimento Negro pudesse fiscalizar.

Oralidade expressada por Linconly Jesus Alencar Pereira (2012), em sua dissertação “A umbanda em Fortaleza: Análise dos significados presentes nos pontos cantados e riscados nos rituais religiosos”, obra citada acima, pela sua importância a cultura de matriz africana pela magnificência dada a palavra, estabelecendo compromissos no mundo ocidental. Citando Ki-Zerbo (1982), enfatiza essa importância através do valor sagrado dado aos cânticos nos rituais, que o autor denomina de pontos cantados.

Pereira (2012), enfatiza a Umbanda como uma religião de rituais e seus pontos cantados e riscados são formas de linguagem que recontam a história da sociedade brasileira.

Segundo Araújo (2015), é comum professores das redes públicas e particulares se depararem com situações de intolerância religiosa nas salas de aulas entre os alunos, ou até mesmo entre professores em espaços de convivência das escolas.

⁸ Que busca cumprir a obrigatoriedade do ensino a história e cultura afro-brasileira na educação básica.

O autor cita um exemplo em que presenciou uma professora evangélica assustada ao saber que uma aluna “comia comida de macumba”, e assim tirou a conclusão sobre seu baixo rendimento escolar.

Outro caso presenciado presenciou, foi o de um aluno chorando angustiadamente diante da turma, devido a uma ofensa que recebeu, Araújo (2015), só conseguiu obter dos alunos o que havia acontecido após uma ameaça coletiva, então um dos que testemunharam se pronunciou sobre o que havia acontecido, uma das colegas de classe havia chamado Rafael, o garoto que estava em prantos de “macumbeiro”.

Diante de situações como essas Araújo (2015) percebeu caso a instituição escola não assumisse um papel contra o racismo, a Lei 10.639/03, criada para promover a obrigatoriedade do ensino referente à cultura afro-brasileira nas escolas não teria o resultado esperado. A aversão às religiões de matriz africana, como ainda nos conta o autor, é mais que um preconceito religioso, trata-se do racismo, ao que o racista diz ser “coisa de negro”, gerando a demonização dessas religiões e vendo seus ritos como magia.

Para Araújo (2015), o racismo institucional que existe na instituição escola em que são percebidos símbolos que de modo silencioso são autorizados e outros desautorizados em que podemos perceber símbolos católicos nos espaços em contraposição com a laicidade do Estado.

A Festa de Iemanjá, iniciada nos anos de 1950 na Praia do Futuro, segundo o estudo de Barbosa e Vasconcelos (2016) aponta um símbolo de resistência da cultura afro brasileira até a contemporaneidade, pois, ainda hoje, temos um grande público de Fortaleza que participa de seus festejos, ocorridos entre os dias 14 e 15 de agosto, dias em que, também, são celebrados os festejos de Nossa Senhora da Assunção.

De acordo com o estudo realizado por Pereira (2016), a praia do futuro foi o primeiro espaço público conquistado pela Umbanda, que devido a intolerância religiosa seus ritos como o do candomblé e outras religiões afro-brasileiras, sempre precisou manter seus ritos nos “quintais” devido às acusações de magia negra e perseguições pela polícia, sendo acusadas por charlatanismo.

Foi no litoral da Praia do Futuro, que obteve transição de vias públicas a partir de 1970, que a Umbanda obteve uma visibilidade conquistada e de tamanha importância aos adeptos, pois de acordo com Pai Neto, representante da Associação Espírita de Umbanda São Miguel, é necessário em uma cidade política a luta por visibilidade dos ritos, que se não forem vistos e assistidos serão esquecidos como algo que ninguém lembra ou quis.

Em contrapartida, o evento religioso organizado pela Umbanda, como nos conta Pereira (2016), sofreu grandes enfrentamentos no espaço em que foi iniciado, de acordo com Pai Ricardo

representante da Associação Afro-brasileira Pai Luiz de Aruanda, citado pela autora, os barraqueiros tomaram conta da praia, e além de ser necessário pagar uma taxa a Capitania dos Portos para que o evento pudesse acontecer no espaço, os comerciantes do local cobravam taxas para retirar do local, ocupado por suas barracas, guarda-sol, mesas e cadeiras para que assim houvesse a possibilidade de realizar o evento sem que esses objetos atrapalhasse a circulação dos que ali reverenciavam Iemanjá, outro fator negativo que o evento enfrentou e ainda enfrenta é o racismo religioso por parte dos turistas, frequentadores do local e clientes das barracas.

Para garantir a movimentação nos dias da celebração os comerciantes contratavam seguranças para “proteger” seus frequentadores dos fiéis de Iemanjá. Pereira (2016) relata, a falta de suporte financeiro ao evento por parte do município, a mesma percebida para outros eventos e rituais de culto afro brasileiro na capital.

A falta de investimento em segurança pública no dia do evento propiciava um alto índice de assaltos no local, causando transtornos ao seu público. A organização passou a contratar seguranças para o local com o intuito de reduzir a incidência dos furtos e assaltos, aumentando gastos aos organizadores que não contavam com esse apoio financeiro tão necessário. Temos comerciantes da praia de um lado, contratando segurança para evitar mal-estar a seus clientes com a presença do público religioso da festa, e a organização do evento contratando segurança para reduzir a violência a seu público.

Diante de tantas dificuldades, a Umbanda precisou resistir e ganhar novos espaços, e foi assim que ocuparam a Praia de Iracema com seus tambores, como mostram os relatos da pesquisa de Pereira (2016) vindos dos umbandistas.

Ao conseguirem apoio do poder público devido a resistência de mais de 100 mil pessoas no local, e com apoio financeiro conquistado, conquistaram mais um espaço para a realização da festa de Iemanjá, que para eles foi um grande empoderamento transferindo o evento para a Beira Mar, local de intenso fluxo turístico, segurança pública e iluminação, estrutura que eles não tinham na Praia do Futuro.

Como justificativa da transferência da festa de Iemanjá da Praia do Futuro para a Praia de Iracema, Pereira (2016) traz o relato de Pai Raimundinho Dente de Ouro, que diz que o ponto de origem inicial da festa, na realidade foi na Praia do Farol por trás do Porto do Mucuripe, trecho com 100 metros separado por um molhe da Praia do Futuro, e foi transferida para o local histórico devido a necessidade de espaço que não houvesse interferência de outros grupos, o chefe religioso narra também diferentes pontos em que eram realizadas as reverências a Janaina.

Os organizadores da festa decidiram, ainda citando Pereira (2016), centralizar a festa na Praia de Iracema, pois segundo eles já que católicos, evangélicos e também a festa de réveillon era realizada no local, umbandistas também deveriam ter seu espaço ali. Segundo os relatos da pesquisa de Pereira (2016), os entrevistados contam que na Praia do Futuro não tinham segurança pública, e ali eles tinham da mesma polícia que os perseguiram no passado acusando-os de magia e charlatanismo como foi mostrado acima.

As festas acontecem em diversos pontos do litoral Cearense, pois para os adeptos o importante seria a reverência a Janaína, mas eles precisavam ocupar aquele espaço centralizando o evento e deixando-o mais acessível a todo o público, e o próximo objetivo é tornar a festa pública em todas as praias do Ceará, esperam concretizar em até 10 anos.

Os autores escolhidos utilizaram fontes de jornais e documentos para tornar os trabalhos apresentados acima públicos, diante disso percebemos a importância do material para o conhecimento das resistências culturais afro brasileiras em Fortaleza do Pós-abolição até a atualidade.

Diante da pesquisa realizada, percebi que essas resistências, anteriormente, confrontavam escravizadores com a utilização da força policial impedindo as sociabilidades, e, na atualidade, temos o Estado contribuindo através de ações como a Lei 10.639/13, que promove o ensino da cultura de matriz africana em escolas com auxílio de pesquisas como essa, e projetos como o 25 é dia de Maracatu, criado para promover os desfiles fora do carnaval, por mais que tenhamos um governo atual contrário a essas lutas.

Embora as medidas de resistências da cultura negra tenha conseguido apoio Federal temos ainda a luta contra o racismo por parte de uma população fortalezense que ainda persiste, principalmente, utilizando ainda argumentos baseados na demonização da cultura africana propagado pelos pentecostais.

Essa luta contra o racismo perpassa as lutas dos negros fortalezenses por se tratar de uma hegemonia ocidental que devemos combater cotidianamente por meio de trabalhos como esse, e a propagação das manifestações de cultura negra em todas as esferas institucionais como escolas, universidades dentre outras instituições frequentadas cotidianamente, onde há a interação de diversos grupos, sejam eles pertencentes ou não da cultura negra, que entram em confrontos e resistências sobre suas crenças devido ao racismo, que inferioriza a cultura de matriz africana mantendo o ocidentalismo com sua hegemonia como cultura exemplo a ser seguida.

Nesse sentido, torna-se necessário tornar público a importância da cultura de matriz africana para a formação da história de Fortaleza que por tanto tempo foi inviabilizada por pesquisadores empenhados a contar nossa história.

9. Fundamentação teórica

Esse trabalho utiliza ferramentas de pesquisa das ciências, histórica, antropológica e interdisciplinar. De acordo com Barros (2006), a história estuda o homem no tempo, e isso não significa que ela aborda apenas o passado, mas também o presente, fenômenos que estão acontecendo na atualidade tendo uma justificativa sobre o que houve no passado. Portanto é com o conceito de longa duração, fundamentado por Braudel (2007), segundo nos conta Mello (2017), que alguns eventos só são percebidos historicamente dentro de uma cidade ao serem estudados lentamente por séculos, para que possamos compreender como foi essa resistência cultural negra em Fortaleza.

Utilizando a antropologia que estuda os meios e as possibilidades da vida humana no mundo, como cita Ingold (2017), traduzido por Antunes, trouxemos à baila, o discurso de autores que investigaram os ritos afro-brasileiros através de um olhar participativo com suas análises em campo, Linconly Jesus Alencar Pereira (2012) e Patrício Carneiro Araújo (2015).

A interdisciplinaridade nesse trabalho se manifesta por meio das determinações e os dados históricos do objeto de pesquisa e do material histórico-cultural no plano epistemológico, em sua ação tão necessária à interdisciplinaridade utiliza o homem a produzir-se de forma social, enquanto indivíduo e objeto da sociabilidade. (Frigotto, 2008).

O presente trabalho fundamenta conceitos essenciais, para o entendimento dos processos sociais e culturais dos negros no Período Pós-Abolição até a contemporaneidade e suas resistências, sendo eles a cultura, o termo afrodescendente, a afrodescendência, africanidades brasileiras, o sincretismo, religiões de matrizes africanas, o racismo, o racismo religioso e a branquitude.

Um dos conceitos fundamentais para o entendimento desse estudo é o de cultura. Laraia (1986) descreve a cultura como um processo de acumulação de experiências, de um indivíduo sendo transmitido aos demais. Sendo que a comunicação, integra-se a esse processo como um fator

primordial, possibilitando o desenvolvimento cultural, através da socialização dos indivíduos principalmente por meio da oralidade.

Para Costa (2004), citado por Silva (2010), a cultura não trata-se apenas de conceber os melhores pensamentos, e nem valorizar o estético, é constituída das experiências do cotidiano dos sujeitos, daquilo que é banal.

O termo afrodescendente foi criado pelo movimento negro no Brasil como uma maneira de demarcar as populações de matriz africana em seus territórios nacionais, em dimensões históricas e culturais, excluindo traços biológicos, assim relata Nascimento (2003).

Salienta, ainda, a autora que a palavra afro-brasileiro é o neologismo cunhado para designar povos que foram escravizados e que antes recebiam rótulos de “negros” fazendo referência apenas a cor de sua pele, além disso seriam identificados por um nome que iria abranger a cultura, o histórico e o social compartilhados por povos da mesma origem, portanto, brasileiros de origem africana.

Termo citado várias vezes nesta pesquisa para identificar as religiões de origem africana. Cunha Júnior (2001) explicita que a afrodescendência é o nome utilizado para definir a existência de uma etnia africana, são diversas e são definidas em termos fenótipos ou biológicos. Conceitua, também, o já referido autor de que a expressão “africanidades brasileiras” por serem reprocessamentos criados para dar novo teor as culturas de origem africana, sendo reelaboradas sob forças dominantes.

Sabemos que o sincretismo é uma prática comum no Brasil, ao falarmos sobre religiosidades (Birman; Novaes; e Crespo 1997). Temos muitas práticas advindas de uma religião, sendo utilizadas em ritos de outras, o que torna esse conceito tão fundamental a esta pesquisa. Os autores Birman, Novaes e Crespo(1997), conceituam o sincretismo como a tendência em misturar crenças, símbolos e participação em rituais de grupos religiosos diferentes aos quais pertencem. Essa relação é percebida entre católicos, e religiosos das religiões de matriz africana como foi apresentado acima. Religiões de matrizes africanas segundo Rocha (2011), são as religiosas desenvolvidas e praticadas por negros no Brasil.

Esse estudo enfatiza o racismo religioso, que de acordo com Pereira (2019), citando Nascimento (1978), trata-se do confronto as manifestações culturais de determinados grupos, e ao tratar da população negra, as perseguições advindas por seus ritos serem originados da ancestralidade africana. Portanto, principal contribuinte acerca da invisibilidade cultural dos ritos e cultos de matriz africana. Invisibilidade apontada por Cunha Júnior (2011), parafraseado por Cór; Lima (2017), que foi imposta através de um percurso histórico de minimização da cultura africana

no Ceará, ao lado da negação de eventuais conflitos raciais, tendo como justificativa a mestiçagem na qual a população cearense foi submetida.

Então Munanga (2003), conceituou racismo por ser uma crença na inferiorização de grupos devido ao físico e ao intelecto, físico e moral, físico e o cultural por meio de raças que foram hierarquizadas através da ocidentalização e supremacia branca. Portanto, racistas são indivíduos que inferiorizam grupos no sentido sociológico, menosprezando traços culturais, linguísticos religiosos e etc, sendo justificados por seus traços físicos e biológicos, formando um grupo de mecanismos discriminatórios que perpetuam as desigualdades raciais, negando e desvalorizando a identidade negra, como apontou Nascimento (2003). Silva (2010), aponta a existência de teorias racistas que perpetuadas em estudos realizados por médicos, juristas, escritoras, sociólogos e historiadores que buscaram a comprovação da inferioridade da população negra, e os prejuízos de sua predominância no território brasileiro, principal justificativa para o branqueamento. Cardoso (2011), define branquitude como poder, em que a identidade racial branca predomina nos aspectos simbólicos, subjetivos e materiais colaborando para a perpetuação do preconceito racial, racismo e a intolerância. Uma das características marcantes da branquitude, seria o branco como padrão normativo e único.

Os conceitos escolhidos são de fundamental importância para a pesquisa, pois cada um irá compor o entendimento do assunto pesquisado, não há a possibilidade de problematizar as resistências da Cultura de Matriz africana em Fortaleza sem entender cada conceito explicitado acima, pois cada um vai identificar as perseguições, os motivos, as resistências que a cultura afro-brasileira em Fortaleza presencia.

10. Metodologia

De acordo com Lakatos, Marconi (1907), toda pesquisa utiliza o levantamento de dados para trazer conhecimento ao problema estudado a fim de evitar duplicações e acúmulos de tarefas desnecessárias durante a pesquisa.

Os dados poderão ser obtidos através de pesquisas documentais, ou seja, por documentos escritos ou não em que denominamos fontes primárias ou pesquisas bibliográficas por artigos, teses, dissertações ou livros, em que seus autores publicaram (após utilizar fontes primárias para obter os dados), as chamadas fontes secundárias.

Essa pesquisa foi realizada através das fontes secundárias, então sendo uma pesquisa bibliográfica tem como importância trazer elementos do passado, utilizou todo o material já tornado

público, como artigos, dissertações e livros como as obras de Janote Pires Marques, com o artigo “A invisibilidade do negro na História do Ceará e os desafios da lei 10.639/2003” (2009), e seu livro “Festas de Negros em Fortaleza: Territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900)” (2008), o artigo de Paulo Henrique de Souza Martins, “Processo de abolição no Ceará: História, memórias e ensino” (2014), o artigo de Edson Holanda Lima Barboza, “Ceará “Terra da Luz”? Limites e contradições da abolição e pós-abolição no Ceará (1883-1888)” (2018), e o livro de José Hilário Ferreira Sobrinho, “Catirina minha Nêga, tão querendo te Vendê...”(2011), que nos contam sobre as resistências culturais dos negros em Fortaleza, desde o pós-abolição ate os dias atuais, de autores que utilizaram documentos, as fontes primarias para realizar suas pesquisas. Citando Manzo (1971/230), os autores dizem ainda que, pesquisas bibliográficas como esta, além de buscar resoluções para problemas até então conhecidos, parafraseando Trujjilo (1974), ainda permitem buscar novas áreas de conhecimentos para aqueles que ainda não foram cristalizados. Por meio das publicações utilizadas neste trabalho, como artigos, dissertações, pude identificar, localizar, e fazer os fichamentos para perceber como os negros resistem ate hoje em Fortaleza desde o pós- abolição ate a atualidade, para manter suas manifestações de matriz africana, e como precisam resistir devido ao preconceito que ainda persiste. Portanto, Lakatos, Marconi (1907) nos diz ainda que, a pesquisa bibliográfica não significa repetir o que já foi dito, mas sim trazer ao problema já pesquisado e tornado a público por autores que iniciaram, apresentado inovações sobre o que foi percebido pelas pesquisas anteriores.

Essa pesquisa também irá trazer as fontes orais, como peça fundamental para ser entendido as resistências culturais, atualmente nas manifestações de Matriz Africana em Fortaleza, pois de acordo com Alberti (2003), as fontes orais são entrevistas gravadas de caráter histórico e cultural para obter acesso aos acontecimentos da contemporaneidade, através de narrativas, transformando em linguagem vivências referente a experiência pesquisada, no que consegue constituir o passado, sem esquecer que o passado não deixa de existir após a narrativa, nos aproximando da realidade sobre o que houve sobre o problema a ser estudado, no passado e no presente. Essa pesquisa contará com entrevistas semiestruturadas, isto e, abertas e que poderão ser realizadas dentro de uma conversa informal para que as questões sejam exploradas amplamente, assim aponta Lakatos; Marconi (2003). As entrevistas serão realizadas a professores da Unilab, universidade já mencionada acima, no qual serão futuramente contatados e convidados: Joalice Conceição, Lincoln Jesus Alencar Pereira, Patrício Carneiro Araujo e Ricardo César Carvalho Nascimento que além de serem líderes de grupos de pesquisas no campus, pertencem às religiões afro-brasileiras como

líderes, e possuem uma vasta experiências sobre perseguições e resistências que essa pesquisa irá abordar.

11. Cronograma

9 – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	
ATIVIDADES	ANO: 2021
	MESES

Ações	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Prospecção e coleta de dados						X	X	X	X	X	X	X
Leituras								X	X	X		
Entrevistas											X	X
Participação em eventos e mostras de pesquisas												X
Finalização do projeto para												X

12. Referências Bibliográficas

AGUIAR, Jacquicilane Honorio de. TAVARES, Kelly dos Santos. Espaço de passagem e lugar de festa: A irradiação dos maracatus nos espaços públicos de Fortaleza. Planos diretores e políticas culturais e territoriais. 2017, Mossoró. 228 p.

ALBERTI, Verena. Narrativas da História Oral. ANPUH - SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. XXII, 2003, João Pessoa. 7 p.

ALMEIDA, Rafael Antunes. Antropologia versus etnografia. Cadernos de campo, São Paulo, v. 1, n. 26, p. 21-26, 2017.

ARAÚJO, Patrício Carneiro. Entre o terreiro e a escola: Lei 10.639/2003 e intolerância religiosa sob o olhar antropológico. 2015. 242 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. Ceará "Terra da Luz"? Limites e contradições da abolição no Ceará (1883-1888). CONLAB CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. XIII, 2008, Brasil. 8 p.

BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 460-476, jul./dez. 2006.

BARROS, Mariana leal de; BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques. Performances de gênero na umbanda: a pombagira como interpretação afro-brasileira de “mulher”? *Revista do instituto de estudos brasileiros*, São Paulo, n. 62, p. 126, dez. 2015.

BIRMAN, Patrícia (org.), NOVAES, Regina (org.). *O mal à Brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997. 46, 49 p.

CARDOSO, Lourenço. O branco - objeto: O movimento negro situando a branquitude. *R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora*, v. 13, n.1, jan./jun. 2011.

CARNEIRO, Abimael Gonçalves. Intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras: Uma violência histórica. *JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*. IX, 2019.

CÓ, Nico; LIMA, Ivan. Religiões de matriz africana no Ceará: Espaços públicos e contribuições a educação. *ENCONTRO DE HISTÓRIA ORAL FICÇÃO E PODER: ORALIDADE, IMAGEM E ESCRITA*. XI, 2017, 14 p.

ROCHA. A intolerância religiosa e religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro. *Revista África e Africanidades*, Ano IV, n. 14/15, nov. 2011.

FRIGOTTO, Gaudencio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. *Revista do centro de educação e letras, Foz do Iguaçu*, v. 10, n.1, p. 41-62, 1 sem. 2008.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um conceito antropológico*. 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. 52 p.

MACEDO, Edir. *Orixás, caboclos e guias: Deuses ou demônios*. 15 ed. Rio de Janeiro: Universal, 2005. 160 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003. 174-221 p.

MARQUES, Janote Pires. A invisibilidade do negro na história do Ceará e os desafios da lei 10.639/2003. *Poiésis, Tubarão*, v. 7, n. 12, p. 347-366, jun./dez.2013.

MARQUES, Janote Pires. Festas de negros em Fortaleza: Territorios, sociabilidades e reelaboracoes (1871-1900). 2008. 225 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza. Processo de abolição no Ceará: História, Memórias e ensino. *Revista Historiar*, v. 6, n. 11, p. 6-25, 2004.2.

MELLO, Ricardo Marques de. As três durações de Fernand Braudel no ensino de História: Proposta de atividade. *Revista História Hoje*, v. 6, n. 11, p. 237-254, 2017.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO. 3, 2003, Rio de Janeiro. PENESB-RJ, 05/11/2003.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. O sortilégio da cor: Identidade, raça e gênero. 1. ed. São Paulo: Selo Negro 2003. p. 23; 47; 49

PEREIRA, Auricléia Barros. A irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Fortaleza, antiga irmandade dos homens pretos, e suas ressignificações atuais. 2015. 76 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

PEREIRA, Bárbara Cristina Silva. Racismo religioso e ideologia do branqueamento no Brasil. *Revista de estudos africanos e afro-brasileiros*, São Luiz, n. 4, p. 59-76, jul./dez. 2019.

PEREIRA, Ilaina Damasceno. Performance e visibilidade da umbanda em Fortaleza, Ceara: Por uma utopia do direito à cidade. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. XIV, 2016, Barcelona. Universitat de Barcelona, 2016. 23 p.

PEREIRA, Linconly Jesus Alencar. A umbanda em Fortaleza: Análise dos significados presentes nos pontos cantados e riscados nos rituais religiosos. 2012. 143 f. Dissertação (Mestre em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

ROCHA, José Geraldo da. A intolerância religiosa e religiões de matriz africanas no Rio de Janeiro. *Revista África e Africanidades*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 14/15, p. 1-20, novembro, 2011.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Afro-Ásia, *Virtual Brazilian Anthropology*, v. 11, n.2. 2014.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. Catirina, minha nega, tão querendo te vende: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). 1. ed. Fortaleza: Secult/CE 2011. p. 15; 39-38; 78-82; 86-87

VAZ, Cláudia Freire. Reflexões sobre a memória e o esquecimento da influência africana durante a Belle Époque Brasileira. *Psicologia e saber social*, 3 (1), p. 96-111. 2014.

13. Anexos

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Como é possível perceber o racismo religioso em apresentações dos rituais de matriz africana em Fortaleza?
2. Em quais locais podemos perceber o maior número de eventos de matriz africana, em locais públicos de Fortaleza?

3. Como seu grupo de pesquisa atua para desconstruir o racismo as manifestações e eventos da cultura negra no campus da Unilab?
4. Como você percebe o preconceito advindo dos fortalezenses ainda hoje em suas práticas religiosas?
5. Em quais locais você consegue expressar sua religiosidade sem sentir- se perseguido por olhares de preconceito?
6. O que você já precisou fazer para que sua prática religiosa pudesse resistir e ser celebrada em locais públicos de Fortaleza?
7. A Unilab realmente é um local em que as manifestações da cultura afro brasileira são manifestadas sem precisar resistir?
8. Como você vê a desconstrução das perseguições às religiões de matriz africana em Fortaleza?
9. Fortaleza possui várias celebrações da matriz africana atualmente, qual ou quais conseguem atingir o maior número de participantes?
10. Quais medidas o governo municipal poderia tomar para que sua religiosidade seja aceita de forma ampla aos fortalezenses?